

A salvação do Estado

17 JUL 1996

Embora tenha cumprido papel importante, quando senador, no preparo da Constituição cidadã de Ulysses Guimarães, o presidente Fernando Henrique revelou-se, no governo neoliberal, um de seus mais severos críticos e adversários. E, ao mesmo tempo em que luta para reduzir a presença do Estado na economia — a seu ver engessada pela Constituição —, FHC também se proclama inimigo nº 1 da corrupção no país. Mas ele, como seus antecessores na Presidência, também se vale politicamente do Estado, para resolver problemas parlamentares e fazer nomeações em troca de votos no Congresso.

Se verdadeira a tese do historiador do declínio e queda do Império Romano, as liberdades resultantes dos direitos inscritos na Constituição, que, no caso da brasileira, FHC abomina, têm como símbolo infalível a corrupção. Entenda-se: Gibbson não disse que as liberdades constitucionais facilitam a corrupção. Elas apenas permitem à imprensa, ou a qualquer pessoa,

esquadrinhar os desvãos do Estado — seja ele mínimo ou não — para denunciar abusos e ilícitos neles escondidos, a exigir do governo a punição de corruptos e corruptores.

Algumas vezes, porém, o próprio governo prefere varrer a corrupção para debaixo do tapete, a fim de evitar crises com suas forças políticas. Sob o governo FHC, duas CPIs que poderiam ajudar a cruzada anticorrupção — a dos empreiteiros e a do sistema bancário — foram engavetadas pela maioria governista no Congresso.

O escândalo mais recente do país foi descoberto graças à publicação, pelo *Jornal do Brasil*, da conversa telefônica de um diretor da Eletrosul — João Roberto Lupion, irmão do deputado e líder ruralista Adalberto Lupion, aliado fiel do governo — com um fornecedor de equipamentos, residente nos Estados Unidos. O grampo telefônico era proibido até então, mas o jornal, amparado pelas garantias constitucionais, enfrentou o risco e divulgou o acerto do negócio ilícito entre

João Roberto e o fornecedor.

Levantou-se, pois, a ponta da negociata. O governo teve o mérito de demitir o diretor que reconheceu a própria voz, nas conversas de cobrança de comissões. Mas a demissão não encerrou o assunto. O senador Osmar Dias revelou que FHC fizera a nomeação de João Roberto em troca do apoio dos ruralistas de Adalberto, na Câmara. Lembrou ele que o eleitor brasileiro comete erros quando vota e elege quem não merece representá-lo. Que dizer do governo que nomeia protegidos políticos, sem nenhum cuidado? João Roberto — diz o senador — respondia a processo por grilagem de terras no Paraná. O presidente deve, assim, explicações por tê-lo nomeado. Podia pagá-las investigando sua ação na Eletrosul e a dos demais nomeados de favor, noutros órgãos, além de mandar desengavetar as CPIs sobre corrupção. Cioso em fazer a reforma do Estado, FHC devia, antes, salvá-lo dos que o assaltam, sejam os assaltantes quem forem.